

ONU Mulheres

Sexagésima quinta sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (Commission on the Status of Women - CSW65, 2021)

'Participação plena e efetiva das mulheres e tomada de decisões na vida pública, bem como a eliminação da violência, para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas'

Reunião Virtual

5 a 8 de outubro de 2020

Relatório do Grupo de Especialistas

Agradecimentos

A preparação deste relatório foi liderada por Emilia Sáiz e Flávia Biroli, Co-Coordenadoras da Reunião do Grupo de Especialistas. As Co-Coordenadoras agradecem sinceramente a todas as participantes da Reunião do Grupo de Especialistas por suas contribuições substanciais e, em particular, reconhecem o apoio da Equipe de Políticas do Secretariado Mundial da UCLG (United Cities and Local Government) no processo de redação.

ÍNDICE

<u>1</u>	<u>Introdução</u>	<u>4</u>
<u>2</u>	<u>Contexto: O estado da participação das mulheres na tomada de decisões e na vida pública</u>	<u>5</u>
<u>2.1</u>	<u>Recomendações gerais em resposta ao contexto atual</u>	<u>9</u>
	<u>Principais desafios, recomendações para a participação plena e igualitária das mulheres na tomada de decisões e na vida pública</u>	<u>11</u>
<u>3</u>	<u>Lacunas nos dados e medição da participação das mulheres na vida pública</u>	<u>11</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre o fechamento de dados e lacunas de medição da participação das mulheres na vida pública</u></i>	<u>12</u>
<u>3.1</u>	<u>Progresso incremental e barreiras à representação das mulheres na tomada de decisões</u>	<u>14</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre o progresso e as barreiras à representação das mulheres nas instituições políticas</u></i>	<u>15</u>
<u>3.2</u>	<u>Violência contra a mulher na vida política e pública</u>	<u>16</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre a eliminação da violência contra as mulheres na vida política e pública</u></i>	<u>18</u>
<u>3.3</u>	<u>Estereótipos de gênero, normas e participação das mulheres em espaços informais</u>	<u>20</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre estereótipos de gênero, normas e participação feminina em espaços informais</u></i>	<u>21</u>
<u>3.4</u>	<u>Interseccionalidade e participação das mulheres em toda a sua diversidade na vida pública e na tomada de decisões</u>	<u>22</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre interseccionalidade e participação das mulheres em toda a sua diversidade</u></i>	<u>24</u>
<u>3.5</u>	<u>A tomada de decisão transformadora das mulheres para alcançar a igualdade de gênero</u>	<u>25</u>
	<i><u>Recomendações de especialistas sobre a tomada de decisão transformadora das mulheres para alcançar a igualdade de gênero</u></i>	<u>26</u>

1 Introdução

A 65ª sessão da Comissão sobre o Status da Mulher (CSM) em 2021 irá considerar “A plena e efetiva participação e de tomada de decisão das mulheres na vida pública, bem como a eliminação da violência, para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas” como tema prioritário. Para fazer um balanço da pesquisa atual e ajudar a Comissão nas suas deliberações sobre o tema prioritário, a ONU Mulheres convocou uma Reunião do Grupo de Especialistas (RGE) virtual de 5 a 8 de outubro de 2020.

A RGE baseou-se nos temas prioritários das sessões de CSM anteriores, com especial destaque para a 50ª sessão que considerou também a participação igual de mulheres e homens nos processos de tomada de decisão em todos os níveis. Embora a RGE tenha reconhecido a evolução da maneira como as mulheres participam e influenciam a vida pública e a tomada de decisões, o progresso na participação política das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão estagnou em muitas regiões e até regrediu em alguns lugares. A RGE reconheceu as diversas situações e experiências de mulheres em diferentes partes do mundo, observando as múltiplas identidades e interseções na atuação das mulheres na vida pública - incluindo idade, classe, identidades raciais ou étnicas, orientação sexual e identidades de gênero e aquelas que vivem com deficiências - bem como as diferentes desigualdades que enfrentam em vários aspectos da vida pública relacionados a sua localização social.

A RGE também considerou a erosão da democracia e o aumento da política autoritária em muitas partes do mundo e que o aumento do número de mulheres participando da vida pública raramente impediu um retrocesso na igualdade de gênero. A RGE observou o papel que as organizações feministas desempenham no suporte e ampliação do trabalho das mulheres na vida pública, incluindo seus apelos por ambientes mais abertos e que facilitem sua atuação, espaços seguros online e offline para organização e mais incentivo para capacitação. A questão premente da violência contra as mulheres na vida política e pública foi levantada ao longo da reunião, com atenção particular focada em suas causas, manifestações, efeitos e formas de evitá-la, bem como preocupações com a violência de gênero em contextos de retrocesso democrático.

A RGE desenvolveu recomendações orientadas para a ação para abordar as lacunas e apoiar a implementação da *Plataforma de Ação de Pequim* e da *Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. O objetivo das recomendações é alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, garantindo a participação plena e efetiva das mulheres na tomada de decisões na vida pública, bem como a eliminação da violência. Este relatório resume o contexto, desafios e recomendações discutidos e acordados pelas especialistas durante a reunião. As recomendações requerem um esforço global que reconheça a centralidade de meninas e mulheres na mudança de atitudes e apoie a construção de coalizões entre feministas, partidos políticos, autoridades eleitas e comunidades de base. As recomendações refletem a convicção de que, apesar dos desafios significativos identificados por especialistas, permanece um grande otimismo quanto ao que é possível por meio de esforços globais coordenados para alcançar a participação plena e efetiva das mulheres e a tomada de decisões na vida pública em nível local, regional, nacional e global.

2 Contexto: O estado da participação das mulheres na tomada de decisões e na vida pública

Vinte e cinco anos atrás, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (Beijing Declaration and Platform for Action, BPfA) reconheceu a participação desigual das mulheres no poder e na tomada de decisões como uma das doze áreas críticas. Estabeleceu ações concretas para garantir o acesso igualitário das mulheres e a plena participação nas estruturas de poder e para desenvolver a capacidade das mulheres de participar na tomada de decisões e na liderança.¹

A Declaração de Pequim também definiu a meta de “equilíbrio de gênero” na tomada de decisão. Desde então, os Estados-Membros assumiram compromissos sucessivos com a liderança das mulheres, mais recentemente reconhecendo, em 2015, que a “participação plena e efetiva das mulheres e oportunidades iguais de liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” é necessária para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Apesar de alguns avanços na participação política formal das mulheres, contudo, em geral as mulheres continuam a enfrentar uma miríade de obstáculos no acesso ao poder, são sub-representadas nas tomadas de decisão locais e nacionais em todas as regiões do mundo e são alvo de violência para desencorajá-las e retirá-las da vida pública.

“A vida pública pode ser definida, de forma ampla, como o domínio no qual os processos políticos formais estão inseridos e as atividades relacionadas com questões públicas e políticas ocorrem. Pode incluir, mas não se limita ao trabalho do governo, mídia, organizações da sociedade civil, redes de ativistas e outras figuras em funções públicas. A participação das pessoas na vida pública pode ser caracterizada como formal e informal.”² A RGE considerou a participação e a tomada de decisões das mulheres na vida pública, tanto nos processos formais de tomada de decisão quanto nos espaços informais - desde os níveis comunitário e local até o nacional e global.

A revisão de 2020 do *BPfA* descobriu que a representação das mulheres nos parlamentos nacionais dobrou de 12 por cento em 1995 para uma média de 24,3 por cento globalmente em 2019, com a representação média global de mulheres em 21 por cento. Apenas 9 por cento dos Estados alcançaram ou ultrapassaram a meta de equilíbrio de gênero em seus parlamentos.³ A representação do governo local é superior a 36,3 por cento. Embora esteja inaceitavelmente aquém do equilíbrio de gênero,⁴ o nível local é considerado um catalizador poderoso para a participação das mulheres na vida pública e na tomada de decisões em geral. O uso de cotas legisladas, em tipos específicos de sistemas eleitorais, tem sido bem documentado como tendo um impacto substancial na representação das mulheres.⁵ As cotas, que pretendiam ser uma estratégia temporária e catalisadora para corrigir os desequilíbrios de gênero na liderança, permaneceram o meio mais confiável para se eleger mulheres e aumentar seu número em cargos de liderança.

¹ Consulte <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/01/beijing-declaration>.

² S. Hassim e SL Weldon, (2020). *Participação Informal das Mulheres na Vida Política e Pública e no Espaço: Tendências e Desafios Globais*. Documento de referência preparado para a reunião do grupo de especialistas. Disponível em https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/hassim%20weldon%20unwomen_final.pdf?la=en&vs=2729

³ Consulte <https://undocs.org/E/CN.6/2020/3>

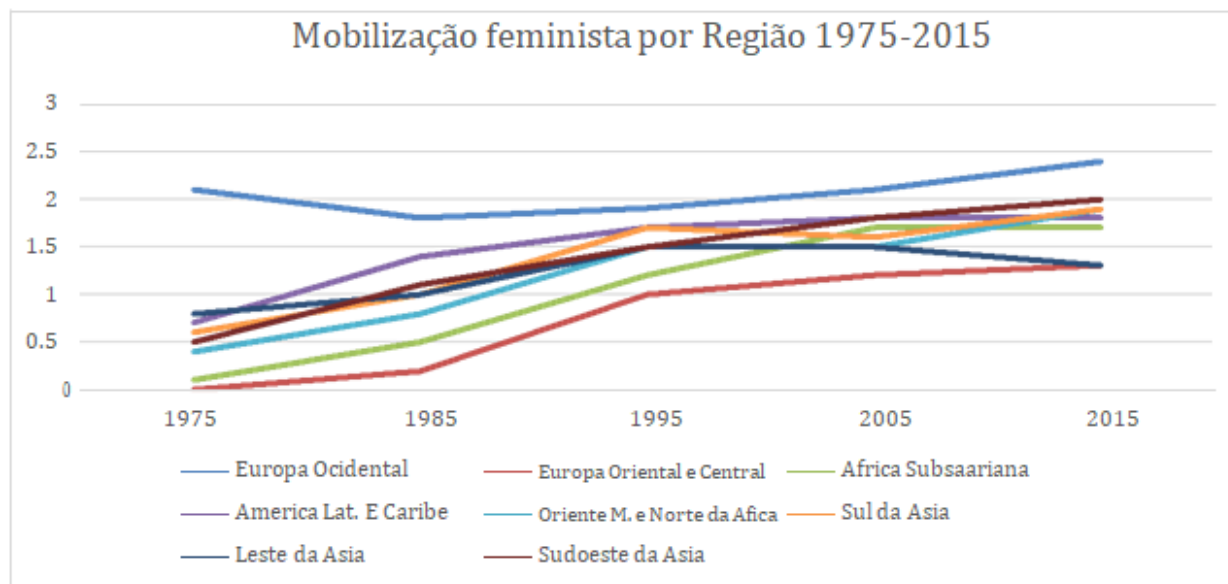
⁴ Consulte <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/csw65%20egm%20concept%20note%20final.pdf?la=en&vs=1709>

⁵ Consulte <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/csw65%20egm%20concept%20note%20final.pdf?la=en&vs=1709>

Uma avaliação da participação das mulheres fora dos processos políticos formais é mais difícil de fazer. Estudos indicam altos níveis de discriminação nas instituições públicas. Existem lacunas de dados significativas sobre os níveis de participação dos grupos mais marginalizados, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e mulheres *queer* (LGBTIQ+), indígenas, mulheres afrodescendentes e migrantes, mulheres com deficiência, com níveis menores de educação e mal pagas e mulheres de áreas rurais. Os dados disponíveis sobre mulheres na administração pública são limitados em todas as esferas de governo, sociedade civil e partidos políticos. A participação em movimentos sociais pode ser fluida e há uma escassez de dados sobre ativistas em todo o mundo.

O Índice de Mobilização Feminista, entretanto, fornece dados novos e convincentes sobre a proliferação de movimentos feministas e seu papel na formulação de políticas. Os números sobre a representação das mulheres, onde existem, mostram um quadro distinto, mas parcial. No entanto, múltiplos indicadores são necessários para compreender as barreiras para a participação plena e efetiva das mulheres na vida pública. O que é necessário com urgência é uma estrutura multidimensional que meça o número de cargos titulares, o desenvolvimento democrático, as mudanças em valores e normas, participação na sociedade civil e resultados de políticas que apoiam as mulheres⁶ e incluem o uso de dados desagregados para melhor compreender as tendências e as realidades particulares de diferentes grupos de mulheres. Isso poderia contribuir para melhorar a compreensão das desigualdades interseccional e fornecer uma base mais sólida para análises comparativas entre países e regiões. A análise usando tal estrutura sugere que o aumento numérico das mulheres na liderança política, embora incremental, ainda supera a mudança nas atitudes necessárias para normalizar a participação das mulheres na tomada de decisões e na vida pública de forma mais ampla.

Gráfico 1: Dados do Índice de Mobilização Feminista



Da Participação Informal das Mulheres na Vida Política e Pública e no Espaço: tendências e desafios globais, Shireen Hassim e S. Laurel Weldon.

⁶ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/norris_state%20of%20women%20participation%20and%20empowerment_bp1_cs_w65egm.pdf?la=en&vs=1554

Os desafios que as mulheres enfrentam para participar são multifacetados. As normas sociais e culturais também impedem as mulheres de participar da política, criando um ciclo vicioso: a arena política é vista como masculina, as mulheres ficam de fora ou são excluídas e elas não se sentem capazes como líderes.⁷ As normas que prejudicam mulheres e meninas e impedem sua participação não são abstratas. Elas têm impactos materiais e confinam a experiência das mulheres a binários redutivos, como escolher entre cuidar de seus entes queridos e participar da vida pública. As mulheres definidas como “outras” por serem vistas como desviantes em relação a normas sociais enfrentam restrições adicionais para participar que podem ser específicas de sua localização social. Por exemplo, comportamentos paternalistas e sexistas conspiram para produzir e agravar as experiências negativas de mulheres jovens que desejam liderar, especialmente aquelas com uma agenda feminista. Atos e ameaças de violência servem como causa e consequência da participação limitada das mulheres na vida pública. A eliminação da violência contra mulheres e meninas continua a ser crítica para alcançar a participação plena e efetiva das mulheres e a tomada de decisões na vida pública.

Sob o lento progresso, estagnação e até regressão em alguns lugares para alcançar a igualdade de gênero, encontram-se normas sociais e culturais resistentes. Certamente, as desigualdades estruturais e institucionais impedem ou proíbem as mulheres de participar da vida pública. Frequentemente, isso inclui acesso limitado a capital para campanhas, responsabilidades de cuidar e falta de apoio da família, redes e instituições relevantes, bem como níveis alarmantes de violência contra as mulheres na vida pública. As legisladoras e legisladores e formuladoras e formuladores de políticas têm o potencial de aumentar a conscientização e abordar a violência contra as mulheres na vida pública; as mulheres na tomada de decisões em todos os níveis podem desencadear instituições mais responsivas ao gênero. Para que as mulheres possam participar plenamente na tomada de decisões e na vida pública, precisamos de sociedades inclusivas, cuidadosas e sensíveis da perspectiva de gênero, nas quais instituições sensíveis à perspectiva de gênero sejam a norma.

A exclusão das mulheres dos processos políticos formais não as impediu de encontrar maneiras novas e diferentes de participar da vida pública e de influenciar a tomada de decisões. As mulheres têm sido mobilizadas pelos desafios do momento, lutando para proteger os avanços que conquistaram e para garantir os direitos que historicamente lhes foram negados. Os espaços em que as mulheres se organizam estão evoluindo e a frequência e o modo oscilam; em parte devido à restrição em contextos autoritários, tem havido um rápido aumento no ativismo digital, oferecendo novas plataformas, meios e vocabulário para as mulheres participarem. Existe o risco de exagerar os benefícios do ativismo digital, pois eles também podem reforçar as desigualdades ao longo da divisão digital e as plataformas são frequentemente onde se passam alguns dos ataques mais violentos contra os direitos políticos e digitais das mulheres. Apesar dos riscos, o ativismo online e offline influencia cada vez mais a política e as normas sociais, e a participação muitas vezes leva as mulheres a eventualmente tomarem parte também na política formal. Dada a sua atividade e visibilidade online, é vital que as mulheres possam participar no espaço online em igualdade de condições, livres das campanhas de difamação, preconceitos e violências que atualmente sofrem online.

A mudança importante nos valores sobre a vida pública e os papéis de gênero, combinada com o aumento da visibilidade da liderança das mulheres nos últimos 25 anos, contribuiu para uma reação significativa contra os direitos das mulheres. De fato, partidos e líderes autoritários, populistas e tradicionalistas⁸ garantiram maior poder político e sua influência no discurso público e nas respostas

⁷ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/hassim%20weldon%20unwomen_final.pdf?la=en&vs=2729

⁸ 'Tradicionalista' é usado aqui como um termo que abrange ideologias conservadoras, antifeministas e semelhantes

políticas tem continuado ou restaurado, a discriminação de gênero e aumentado a violência contra as mulheres na vida pública.

A reação foi tipificada por retrocessos no exercício de direitos e um posicionamento comum do feminismo e dos direitos das mulheres como inimigos, como quando a “*ideologia*” de gênero é usada como um termo ou conceito para justificar o desmantelamento dos direitos humanos duramente conquistados para as mulheres.⁹ Junto com o retrocesso democrático, a reação é sentida de forma mais aguda por organizações de direitos das mulheres, mulheres defensoras dos direitos humanos e mulheres líderes na linha de frente da proteção dos direitos das mulheres e até da própria democracia.¹⁰

As crises aceleram e intensificam os processos de tomada de decisão e levam a contornar as normas estabelecidas no interesse de abordar questões imediatas e urgentes. O ano de 2020 trouxe consigo a pandemia da COVID-19 - cujo impacto total não tem precedentes e ainda está em desenvolvimento. Pesquisas iniciais, no entanto, sugerem que as mulheres, já mais vulneráveis a choques, serão afetadas desproporcionalmente¹¹ pelos impactos indiretos da pandemia. O Secretário-Geral da ONU advertiu claramente que “a COVID-19 poderia reverter o progresso que foi feito em relação à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres”.¹² Certamente, a violência contra mulheres e meninas emergiu como uma sombra pandêmica durante a COVID-19.¹³ O estresse do vírus não deve ser usado para desculpar ou legitimar ainda mais a violência contra mulheres e meninas ou excluir as mulheres da vida pública.

As mulheres, cujas perspectivas e experiências vividas são frequentemente negligenciadas na tomada de decisões, são mais suscetíveis ao apagamento das políticas públicas durante crises. Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, bloqueios e confinamento físico exacerbaram os problemas de precariedade habitacional, o que pode dificultar o acesso das mulheres aos direitos reprodutivos e à proteção social. Excessivamente representadas nos setores da economia informal, as mulheres são duramente atingidas pela perda de empregos, levando a um aumento da precariedade e do empobrecimento que afeta as mulheres negras e as imigrantes de maneira desproporcional. Com escolas fechadas e serviços de creche comprometidos, as mulheres ficam sobrecarregadas com o trabalho de cuidado não remunerado e sua alta participação no trabalho de cuidado profissional gera custos físicos e emocionais agregados.

Ao mesmo tempo, crises podem trazer novas normas para a liderança. Existe agora uma oportunidade para as instituições e seus líderes serem mais receptivos e representativos de seus constituintes - no presente e no futuro. À medida que os planos de recuperação são discutidos e adotados, precisamos enfrentar as crises por meio de um novo modelo econômico e de desenvolvimento que atenda a questões de gênero e que se concentre nas necessidades e nos cuidados das pessoas. Também é fundamental reconhecer os papéis das mulheres no “comando das instituições eficazes e inclusivas que atuam nas respostas à crise da COVID-19, desde os níveis mais altos de tomada de decisão até a prestação de serviços de linha de frente”.¹⁴

⁹ Consulte <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/64/egm/birol%20expert%20paperdraftegmb25ep2.pdf?la=en&vs=3520>

¹⁰ Consulte <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/64/egm/roggeband%20c%20and%20a%20krizsanbackground%20paperfinallegmb25bgp1.pdf?la=en&vs=3842>

¹¹ Consulte [https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099\(20\)30568-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(20)30568-5/fulltext)

¹² Consulte <https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/put-women-and-girls-centre-efforts-recover-covid-19>

¹³ Veja <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response/violence-against-women-during-covid-19>

¹⁴ Veja <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/06/policy-brief-covid-19-and-womens-leadership>

Junto com a pandemia COVID-19, as mudanças climáticas e os conflitos persistentes - como os relacionados à terra e aos recursos - apresentam ameaças existenciais ao planeta e sua população. No entanto, metade da população global não consegue ver a si mesma ou suas experiências vividas, refletidas em seus líderes. A representação inadequada expõe as mulheres à reversão, limitação e até remoção dos direitos conquistados a duras penas e aumenta sua vulnerabilidade a crises, cujos impactos sofrem de forma mais intensa. À medida que a pandemia da COVID19 persiste, as campanhas políticas, debates e consultas movem-se cada vez mais para o ambiente da Internet. Agora, mais do que nunca, as impressões públicas das mulheres e de lideranças são moldadas por meio da interação online, portanto, garantir uma cobertura justa - tanto na mídia convencional quanto na mídia social - é urgente e fundamental. Os desafios deste momento devem ser enfrentados por lideranças corajosas, transformadoras e verdadeiramente representativas, especialmente por líderes homens. Já não é suficiente que os Estados-Membros ouçam o apelo à liderança das mulheres; é hora de responderem plenamente.

2.1 Recomendações gerais em resposta ao contexto atual

A resistência contra os direitos das mulheres por parte de forças misóginas e tradicionalistas que buscam manter o poder tem sido forte, com o empoderamento das mulheres estagnado em muitas partes do mundo. Durante a discussão de quatro dias, havia um senso de urgência entre as especialistas em relação à necessidade de várias partes interessadas tomarem medidas para corrigir os desequilíbrios de gênero na liderança. As especialistas recomendam o seguinte para garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a tomada de decisões na vida pública e para eliminar a violência contra elas:

- Os Estados-Membros, as agências internacionais e a sociedade civil devem reafirmar a centralidade da participação das mulheres na tomada de decisões na vida pública para alcançar o desenvolvimento sustentável, apoiando uma Quinta Conferência Mundial sobre as Mulheres, bem como as cúpulas regionais relacionadas, ancoradas na reação contra os direitos das mulheres e com base nos Fóruns de Igualdade de Gerações.
- Todas as esferas de governo, agências internacionais, mulheres líderes e aliadas, parlamentares e organizações da sociedade civil, feministas de base e comunitárias devem estabelecer uma coalizão global para defender os direitos de meninas e mulheres - em toda a sua diversidade - para participar da vida pública e da tomada de decisões (inclusive em processos eleitorais), acabar com a impunidade para todas as formas de violência de gênero, salvaguardar os direitos das mulheres e responder às ameaças de regressão por meio de políticas e fóruns relevantes.
- Os Estados-Membros e os governos locais e regionais devem permitir e apoiar um ambiente favorável e pluralista para a sociedade civil e outras partes interessadas para combater a reação contra os direitos humanos das mulheres, fortalecendo os mecanismos de denúncia, organizando auditorias de todas as esferas de governo em relação a políticas e ações relacionadas à igualdade de gênero e à participação das mulheres, aplicando sanções quando o descumprimento persistente for observado por meio de sistemas independentes de justiça e salvaguardando a liberdade de expressão.
- Os Estados-Membros devem permitir a paz sustentável, resistindo às tendências e movimentos anti-direitos com uma resposta definitiva - por meio de estruturas legais e institucionais - para acelerar os esforços de melhorar a participação das mulheres na vida pública e na tomada de decisões, enquanto

forneem recursos e capacidades necessários para todas as esferas de governo. E, partidos políticos devem aplicar os princípios de não regressão e não discriminação, fundamentados em obrigações vinculantes de direitos humanos e cumprir seus compromissos com a proteção e promoção dos direitos de mulheres e meninas.

- Os Estados devem garantir a implementação e o cumprimento das recomendações que já foram feitas pelos mecanismos de direitos humanos das mulheres - incluindo o Comitê da CEDAW (no inglês *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*) e o Grupo de Trabalho sobre a Discriminação contra Mulheres e Meninas. Os Estados-Membros precisam estabelecer mecanismos de revisão para compreender o progresso até o momento, corrigir as lacunas na participação das mulheres na vida política e pública e abordar a discriminação e a violência que vivenciam.
- As organizações da sociedade civil (OSC) devem unir forças para denunciar e reagir às ameaças sistêmicas e institucionais aos direitos e à participação das mulheres. As OSCs devem usar o trabalho dos mecanismos de monitoramento dos direitos humanos das mulheres e exigir a implementação de suas recomendações pelos Estados-Membros, participar de processos formais de revisão e, quando necessário, invocar o Mecanismo de Comunicação de Procedimentos Especiais para exigir a responsabilização por ameaças e possível regressão. Os mecanismos de direitos humanos incluem o Comitê CEDAW, Relator Especial da ONU sobre violência contra as mulheres, suas causas e consequências e o Grupo de Trabalho da ONU sobre Discriminação contra Mulheres e Meninas - todos os quais expressaram preocupação com a participação limitada das mulheres nas esferas públicas e políticas vida globalmente.
- Os Estados-Membros devem combater retrocessos democráticos e nos direitos das mulheres, apoiando movimentos feministas e redes de mulheres, fornecendo mais garantias para salvaguardar seus direitos políticos e civis. De fato, a relevância desses movimentos e redes aumentou à luz da pandemia da COVID-19, pois eles podem ajudar a identificar impactos específicos sobre mulheres e meninas e fornecer orientação sobre a melhor forma de responder às necessidades das mulheres e fornecer-lhes apoio contínuo durante esses tempos difíceis.
- Os Estados-Membros, os governos locais e regionais, as agências internacionais, os parlamentos, o setor privado e a sociedade civil devem garantir a representação e a participação sistemática das mulheres. Estes precisam buscar a paridade de gênero com mais mulheres em cargos de liderança, nos comitês de resposta à COVID-19, forças-tarefa e grupos relacionados a decisões legislativas, políticas e orçamentárias. A representação das mulheres também é necessária nas consequências da pandemia; os planos e fundos de recuperação precisam abordar a desigualdade de gênero, o trabalho de assistência e as disparidades salariais de gênero e prestar atenção aos impactos difíceis e diferenciados da pandemia e das crises subsequentes nas mulheres e meninas.
- Estados-Membros, governos locais e regionais, parlamentos, instituições acadêmicas e de investigação e agências internacionais devem coordenar e cooperar com a realização de avaliações baseadas em dados do impacto das crises, como a pandemia da COVID-19, sobre a participação e a tomada de decisão das mulheres na vida pública e no monitoramento de respostas e intervenções por meio da coleta de dados desagregados por sexo.

3 Principais desafios e recomendações para a participação plena e igualitária das mulheres na tomada de decisões e na vida pública

3.1 Lacunas nos dados e mensuração da participação das mulheres na vida pública

Compreender a participação das mulheres na vida pública requer aprofundar e ampliar dados que não foram sistematicamente coletados historicamente. No entanto, houve avanços significativos na produção de dados sobre a participação das mulheres, incluindo o desenvolvimento de indicadores para medir o progresso em direção à igualdade de gênero na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que exige que os Estados-Membros produzam e relatem dados relevantes. Os Estados-Membros têm respondido a estes requisitos e novos dados apoiam os esforços de advocacy das partes interessadas para a representação política das mulheres nos órgãos eleitos. No entanto, as lacunas de dados persistem na medição da participação das mulheres de forma mais ampla ao longo do tempo em várias esferas, níveis e dimensões da vida pública, incluindo na administração pública, nos partidos políticos, nos sindicatos, na sociedade civil e como eleitoras.

Dois indicadores padrão - a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais e a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em órgãos deliberativos eleitos localmente - são usados para avaliar o progresso na participação política e liderança das mulheres.¹⁵ A disponibilidade de dados sobre o governo local é um avanço muito recente e bem-vindo, visto que, por mais de duas décadas, a única medida padrão e globalmente comparável da participação política das mulheres foi sua representação nos parlamentos nacionais. Embora importantes, ambos os indicadores fornecem uma perspectiva limitada da participação das mulheres na tomada de decisões e na vida pública. Agora é necessária uma avaliação mais abrangente e matizada - incluindo pesquisa qualitativa e dados de pesquisas de atitude para complementar as medições quantitativas existentes - bem como dados desagregados para permitir uma análise interseccional. Para medir dimensões adicionais da participação política, as partes interessadas também poderiam fazer um uso melhor e mais frequente de pesquisas existentes e conjuntos de dados de atitude - como a Pesquisa de Valores Mundial, o Projeto Variedades de Democracias e o Índice de Mobilização Feminista.

Uma variedade de atores coleta dados relevantes para avaliar a igualdade de gênero na administração pública, incluindo governos locais e regionais, grupos da sociedade civil e instituições acadêmicas e de pesquisa, mas os dados não são amplamente compartilhados. São necessários esforços mais concentrados para facilitar a troca de dados e garantir a comparabilidade entre os diferentes grupos de partes interessadas. A meta 16.7¹⁶ do ODS sobre tomada de decisão responsiva e inclusiva estimulou a produção de dados oficiais e a coleta de estatísticas de conjuntos de dados relevantes, apoiando as partes interessadas a responsabilizar os governos, mas há um longo caminho a percorrer. A comparabilidade entre conjuntos de dados continua sendo um desafio em particular.

Embora alguns dados sejam desagregados por idade e localização, além do sexo, permanecem lacunas nos dados relativos à raça, deficiência, etnia, status socioeconômico, sexualidade, gênero e outras identidades. Garantir que os dados sejam coletados sobre os grupos marginalizados e as formas específicas pelas quais eles podem ser excluídos da participação é essencial para aumentar a

¹⁵ SDG Target 5.5

¹⁶ Consulte <https://www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/>

representação e a participação de todas as mulheres, especialmente no nível local. A necessidade crítica de tais dados, que tornam visíveis as mulheres que não foram vistas historicamente e, portanto, excluídas do exercício de seus direitos políticos, é moderada, no entanto, por preocupações com a privacidade em torno do uso indevido de microdados.

A restrição espacial e de movimento causada pelos impactos da pandemia da COVID-19 cria uma pressão adicional para a coleta de dados. Esses dados contribuiriam para uma melhor compreensão das necessidades sistêmicas das mulheres e do papel da liderança das mulheres em crises. Na verdade, a ênfase na continuidade da coleta de dados é também o reconhecimento de que, sem estatísticas adequadas de dados desagregados por sexo, os governos estarão mal equipados para responder às mulheres nas crises presentes e futuras.

3.1.1 Recomendações de especialistas sobre o fechamento de dados e lacunas de medição sobre a participação das mulheres na vida pública

- Os Escritórios Nacionais de Estatística (ENEs) e outros produtores de dados nacionais devem capturar o princípio dos ODS de não deixar ninguém para trás (NOLB)¹⁷, coletando e disseminando dados desagregados por sexo, gênero e outras categorias. Em particular, eles precisam levar em consideração as identidades e experiências diferenciadas das mulheres, incluindo - mas não se limitando a - mulheres jovens, mulheres com deficiência, LGBTIQ+, mulheres indígenas e afrodescendentes, mulheres de minorias religiosas, mulheres pobres, mulheres rurais e mulheres migrantes.
- Os Sistemas Estatísticos Nacionais, com o apoio de agências internacionais, devem contribuir para uma compreensão mais completa da participação das mulheres na vida pública, preenchendo as lacunas de dados desagregados por sexo (DDS) em cargos eleitos e não eleitos/nomeados a nível nacional e subnacional.
- Os governos locais e regionais e suas associações devem trabalhar com os ENEs, governos nacionais, o sistema das Nações Unidas e instituições de pesquisa para desenvolver mecanismos de relatório e organizar pesquisas para gerar dados comparáveis e globais sobre a participação das mulheres e tomada de decisão nas esferas locais e regionais de governo, incluindo cargos na administração pública, órgãos deliberativos e consultivos, cargos eleitos e não eleitos e outros espaços relevantes.

Os Estados-Membros e as agências internacionais devem fazer uso dos dados disponíveis sobre a participação e a representação das mulheres na vida pública e na tomada de decisões para uma ação progressiva sobre a participação das mulheres e se comprometer a atualizar e adicionar novos dados regularmente.

¹⁷ Do Relatório de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2016: “Garantir que esses compromissos [os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] sejam traduzidos em ações eficazes requer um entendimento preciso das populações-alvo. No entanto, os dados desagregados necessários para abordar todos os grupos vulneráveis - incluindo crianças, jovens, pessoas com deficiência, pessoas vivendo com HIV, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas internamente deslocadas e migrantes - conforme especificado na Agenda 2030, são escassos. Poucos indicadores atuais, por exemplo, são capazes de esclarecer a situação particular dos migrantes, refugiados, idosos, pessoas com deficiência, minorias e povos indígenas. Mesmo com os dados limitados atualmente disponíveis, no entanto, é claro que os benefícios do desenvolvimento não são compartilhados igualmente...”. Veja o texto completo em <https://unstats.un.org/sdgs/report/2016/leaving-no-one-behind>

- Os Estados-Membros e as agências internacionais devem comprometer-se a utilizar os dados disponíveis sobre a participação e representação das mulheres na vida pública e na tomada de decisões. Isso ajudará a melhorar a compreensão dos atuais obstáculos - e alternativas para - a construção de políticas eficazes que garantam a igualdade de gênero.
- Agências internacionais, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil devem gerar conhecimento sobre os desafios persistentes enfrentados pelas mulheres na vida pública, complementando as estatísticas oficiais - com dados qualitativos e quantitativos adicionais - e disponibilizando esses dados para vários usuários.
- Os Estados-Membros, com o apoio das Nações Unidas, agências internacionais, ENEs e instituições de pesquisa, devem regularmente e sistematicamente coletar dados e monitorar assédio, ameaças, desinformação de gênero e outros atos de violência contra mulheres na vida pública (tanto online quanto offline) por desenvolver e usar ferramentas e indicadores de coleta de dados harmonizados, inclusive em nível local e regional.
- A ONU, agências internacionais e instituições nacionais de pesquisa e acadêmicas devem promover e desenvolver as capacidades dos ENEs para coletar dados transnacionais e comparáveis para fechar lacunas de DDS e identificar necessidades de dados adicionais, por exemplo, usando um conjunto de indicadores harmonizados e covariáveis, padrões estatísticos globais, dados abertos para benchmarking e monitoramento e expansão do uso de estatísticas não oficiais sobre, entre outras coisas, a participação das mulheres em movimentos cívicos, organizações comunitárias, partidos políticos e ativismo digital.
- Todas as esferas do governo, agências internacionais, OSCs e instituições acadêmicas e de pesquisa devem colaborar para construir a alfabetização em dados entre a mídia e sua capacidade de usar e comunicar efetivamente os dados existentes sobre a participação das mulheres e a tomada de decisões na vida pública.
- Os Órgãos de Gestão Eleitoral (OGEs), em colaboração com os ENEs e com o apoio de agências internacionais e instituições de pesquisa, devem abordar as lacunas do DDS na participação eleitoral nas eleições nacionais, regionais e locais, desenvolvendo infraestrutura de dados seguros e produzindo resumos estatísticos sobre os eleitores, eleitores registrados, comparecimento ao eleitor, candidatos, candidatos eleitos e incidentes de violência, desagregados por sexo e outras características que representam a identidade feminina, mantendo a confidencialidade dos dados.
- As organizações internacionais e os ENEs devem usar indicadores sensíveis ao gênero nas metodologias de coleta de dados de observação eleitoral e harmonizar a compilação de dados para comparação (por exemplo, da OSCE / ODIHR,¹⁸ ou Diretrizes da Declaração de Princípios).

3.2 Progresso incremental e barreiras à representação das mulheres na tomada de decisão

¹⁸ Organização para a Segurança e Cooperação na Europa Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos

As mulheres estão sub-representadas em todos os níveis de tomada de decisão em todas as regiões do mundo. Os aumentos no número de mulheres em cargos eletivos em todo o mundo são demorados e inconsistentes, com apenas um punhado de países tendo alcançado a meta do BPfA de equilíbrio de gênero.¹⁹ As explicações para esse progresso incremental em direção à representação igualitária das mulheres são variadas e complexas. Melhores diagnósticos das razões são necessários para tomar ações corretivas significativas e impactantes. Desdobrar questões relacionadas a privilégios e poder pode melhorar a compreensão dos valores e ideologias específicas do contexto, fatores socioeconômicos e o papel que diferentes partes interessadas, como a mídia, podem desempenhar no apoio à representação crescente e sustentada das mulheres na vida pública. Partidos políticos, como guardiões de cargos eletivos, desempenham um papel fundamental tanto para permitir quanto para dificultar a participação significativa das mulheres nas esferas nacionais e locais de governo.

A representação não é apenas sobre números, mas os números são importantes. A pesquisa mostra que as cotas de gênero têm um impacto direto e positivo na representação numérica das mulheres e podem evitar o retrocesso da representação das mulheres nas instituições políticas formais. Dois terços dos países em todo o mundo empregam cotas eleitorais de gênero e mais de 80 países as consagraram na lei, 80% dos quais também introduziram cotas de gênero em nível local. As cotas são uma forma de ação afirmativa para reparar privilégios arraigados, respondendo especificamente ao monopólio global ininterrupto dos poderes de tomada de decisão dos homens (especialmente aqueles das elites étnicas, sociais e econômicas dominantes). Quando devidamente projetado e executado - isso é feito de forma mais eficaz quando acompanhado de sanções e respaldado por lei - as cotas têm um histórico de sucesso no aumento do número de representantes femininas. Eles também têm poder simbólico, aumentando a visibilidade das mulheres líderes como modelos e inspirando outras mulheres a participarem da vida pública. Isso é particularmente importante considerando que as mulheres que se reelegeram para cargos eletivos podem não buscar a reeleição na mesma proporção que os homens.

A presença das mulheres é importante mesmo que não se traduza necessariamente em representação substantiva. As cotas contribuem para as referências vitais estabelecidas para medir a representação das mulheres: a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais e a proporção de cadeiras ocupadas por mulheres em órgãos deliberativos eleitos localmente. Também é importante compreender melhor até que ponto os representantes refletem substancialmente as necessidades e os interesses das mulheres. Normalmente, as cotas são sobrepostas a sistemas existentes que não foram projetados para o sucesso das mulheres. Outros fatores potenciais que contribuem para esse desafio de representação sistêmica incluem a falta de redes de apoio para líderes femininas e o tratamento simbólico das mulheres dentro dos partidos, por exemplo, para demonstrar externamente sua progressividade enquanto mascara internamente práticas ilícitas. Em conjunto, esses fatores limitam a capacidade das mulheres de seguir carreiras políticas de longo prazo e isso pode, por sua vez, impactar negativamente a representação substancial das mulheres para a igualdade de gênero. No entanto, é necessário mais trabalho para entender o impacto de longo prazo das Medidas Especiais Temporárias (MSTs) e até que ponto as cotas levam a efeitos secundários no empoderamento das mulheres.

As expectativas não devem recair mais sobre as mulheres do que sobre os homens. As mulheres líderes estão injustamente sujeitas a questionamentos sobre sua competência e suas contribuições de qualidade aos processos políticos. Os julgamentos de valor sobre a qualidade da liderança das mulheres são construídos socialmente, com base em normas que são contra as mulheres desde o início. Além disso, expectativas

¹⁹ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/norris_state%20of%20womens%20participation%20and%20empowerment_bp1_cs_w65egm.pdf?la=en&vs=1554

excessivamente altas são colocadas sobre os ombros das mulheres líderes de serem mais progressistas, retomando que todas as mulheres eleitas compartilham uma ideologia comum, um pré-requisito que negaria a representação feminina em toda a sua diversidade. Essas expectativas raramente são direcionadas aos representantes do sexo masculino, reforçando, assim, as desigualdades por meio do estabelecimento de um padrão impossível de ser alcançado pelas mulheres. O impulso para a representação das mulheres, portanto, deve ser baseado exclusivamente nos direitos das mulheres como participantes plenos e iguais na democracia, e não na “qualidade” de sua participação. É importante notar aqui que, assim como os representantes masculinos, os representantes femininos ainda vêm, em sua grande maioria, de classes de elite e normalmente não são representativos da diversidade das mulheres. Precisamos, portanto, de uma abordagem interseccional para avaliar os obstáculos à representação das mulheres e entender melhor como as desigualdades se sobrepõem a outras hierarquias existentes.

Espera-se também que muitas mulheres líderes desempenhem um papel de administração em relação às políticas feministas. A decepção ocorre quando algumas líderes eleitas não têm influência ou motivação para seguir políticas feministas dentro de seu partido.

3.2.1 Recomendações de especialistas sobre o progresso e as barreiras à representação das mulheres nas instituições políticas

- Os Estados-Membros devem impulsionar a meta internacional para a representação das mulheres na vida política e pública e se comprometer com a meta de paridade de gênero (50-50) em todos os órgãos de liderança e de tomada de decisão e em cargos executivos e de administração pública em nível global, nacional, níveis regionais e locais.
- Os Estados-Membros, governos e legislaturas a nível nacional, regional e local devem tomar medidas legais, políticas e outras para alcançar a paridade de gênero e a inclusão total de mulheres e homens nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis, incluindo a reforma dos sistemas eleitorais e a adoção cotas de gênero que incluem regras de classificação para listas de candidatos (incluindo colocação vertical e horizontal), bem como sanções por não conformidade (incluindo rejeição de listas de candidatos e supervisão por autoridades eleitorais relevantes).
- Os Estados-Membros devem tomar medidas para garantir mais diversidade e inclusão efetiva na representação e participação em órgãos de decisão, administração pública, comissões e conselhos públicos, bem como órgãos judiciais, incluindo grupos marginalizados e minoritários, visando políticas para abordar os desafios específicos que diversos grupos de mulheres enfrentam e integrando suas necessidades, especificidades e demandas em políticas e ações mais amplas destinadas a promover a liderança e a representação das mulheres.
- Os partidos políticos devem liderar o avanço da participação e tomada de decisões das mulheres na vida pública, especificamente adotando e relatando publicamente sobre medidas para alcançar a paridade de gênero e a diversidade em suas estruturas partidárias (incluindo liderança, conselhos, secretarias e comitês); assegurar a transparência dos processos de recrutamento e nomeação de partidos e ampla participação de diversos grupos (inclusive na formulação de políticas e processos de seleção de candidatos); incorporação de metas de igualdade de gênero em plataformas partidárias e manifestos visando diversos grupos em estratégias de sensibilização de membros; e exercer responsabilidade e

ação contra a má conduta sexual e a violência contra as mulheres na política por meio de investigações e mecanismos transparentes de denúncias.

- Os partidos políticos devem encorajar, celebrar e apoiar as mulheres a concorrer a cargos públicos, ocupar liderança e/ou cargos políticos. Os partidos deveriam trazer mais mulheres jovens para a linha de frente da política, encorajando a liderança de meninas e mulheres jovens na vida pública e na política. As redes interpartidárias devem ser desenvolvidas para apoiar mulheres líderes e candidatas, incluindo a construção de relacionamentos com instituições acadêmicas e movimentos da sociedade civil onde mulheres e meninas participam, bem como com movimentos sociais e organizações de mulheres, onde mais mulheres ocupam cargos de liderança.
- Todas as esferas de governo e partidos políticos devem abordar o acesso desigual ao apoio político para mulheres durante a campanha eleitoral, garantindo uma distribuição igualitária de financiamento político e apoio logístico para candidatas mulheres e homens, por padrão, onde o financiamento público ou estatal dos partidos políticos é fornecido. Além disso, os Estados-Membros devem criar, manter e monitorar o uso de um fundo ou mecanismo de financiamento de campanha apartidário para mulheres que desejam concorrer a cargos em qualquer nível.
- Todas as esferas do governo e instituições estaduais devem garantir a paridade de gênero na liderança da administração pública e na filiação a comissões e conselhos públicos, inclusive por meio da adoção e implementação de MSTs e cotas apropriadas.
- Os Estados-Membros, legislaturas e partidos políticos devem tomar medidas apropriadas para lidar com a carga desproporcional das mulheres no cuidado e nas responsabilidades domésticas, o que constitui um obstáculo duradouro à participação das mulheres. Os Estados-Membros podem ajudar as mulheres a reconciliar os compromissos nas suas vidas privadas e públicas. Por exemplo, eles podem considerar as obrigações pessoais das mulheres ao agendar reuniões, fornecer creches e alguma remuneração por tarefas políticas, especialmente no nível local, onde há uma parcela significativa e desproporcional de tarefas políticas não remuneradas e não reconhecidas em comparação com outras esferas do governo.

3.3 Violência contra as mulheres na vida política e pública

A violência contra as mulheres põe em risco os seus direitos humanos e não pode mais ser aceita. A violência contra as mulheres na política (VCMP)²⁰ é uma violação dos direitos humanos e civis e deve ser enquadrada como tal para exercer adequadamente a responsabilidade em todos os níveis. A VCMP prejudica particularmente nossa capacidade de alcançar o ODS 5 e o ODS 16 e deve ser reconhecido e caracterizado como um desafio à democracia, mais do que uma questão das mulheres. Já existem mecanismos e mandatos internacionais para proteger as mulheres e responder às ameaças e atos de VCMP. Esses instrumentos têm atuado na prevenção da violência e oferecem boas práticas em sua aplicação; no entanto, são subutilizados. Na verdade, há uma sensação de que as recomendações emitidas aos Estados por esses mecanismos e mandatos não foram implementadas.

²⁰ Violência contra as mulheres na política (VAWP) é o termo mais comumente usado pelo Sistema das Nações Unidas, embora outros termos e abreviaturas sejam usados em diferentes contextos, incluindo violência contra as mulheres na política (VAWiP); violência política contra a mulher (PVAW); violência política e assédio, que é frequentemente usado em partes da América Latina ou violência sexual eleitoral baseada em gênero (ESGBV).

A VCMP é irrefutavelmente uma forma de violência de gênero contra as mulheres. A Relatora Especial da ONU sobre a violência contra as mulheres, suas causas e consequências, com base na Recomendação Geral nº 19 (1992) sobre a violência contra as mulheres, adotada pelo Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e A Recomendação Geral nº 35 (2017) sobre violência baseada no gênero contra as mulheres, atualizando a Recomendação Geral nº 19 do Comitê CEDAW, bem como a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra Mulheres (art. 1), fornece a seguinte definição de VCMP como: 'violência, incluindo dentro e fora das eleições, consiste em qualquer ato de violência de gênero, ou ameaça de tais atos, que resulta em, ou é provável que resulte em, dano físico, sexual ou psicológico ou sofrimento e é dirigido contra uma mulher na política porque é mulher ou afeta as mulheres de maneira desproporcional.' A VCMP é uma forma de discriminação e violação dos direitos humanos.²¹

A VCMP não afeta apenas as mulheres engajadas na política formal, mas também as mulheres na vida pública, incluindo mulheres ativistas, jornalistas e defensoras dos direitos humanos. A violência não é homogênea em suas expressões; em vez disso, assume diferentes formas e inclui ameaças e ações, abuso psicológico e assédio (que pode incluir discurso de ódio sexista e misógino), agressões físicas e sexuais. A VCMP também pode ser econômica ou simbólica. Acontece pessoalmente e online. A violência é vivenciada de forma diferente e muitas vezes de forma mais dura por grupos específicos de mulheres, particularmente minorias étnicas e mulheres afrodescendentes, bem como lésbicas, mulheres em áreas de conflito e outros grupos marginalizados de mulheres e seus padrões de gênero se cruzam com outras hierarquias e dinâmicas de opressão. Toda violência deve ser reconhecida como tal e denunciada e tratada com sanções para evitar a normalização e a escalada - desde formas de humilhação e ataques simbólicos até intimidação e ameaças à vida das mulheres.

A violência contra as mulheres na política e na vida pública raramente ocorre no vácuo. Muitas vezes, as mulheres são visadas porque desafiam diretamente os poderes políticos ou, de forma mais insidiosa, porque, como mulheres, representam um desafio ao *status quo*. Esse é particularmente o caso de mulheres racializadas ou que desafiam os papéis de gênero. A violência afeta de forma aguda mulheres ativistas de direitos humanos e que trabalham com comunidades e grupos vulneráveis em áreas de conflito. Onde houve retrocessos democráticos, a violência foi legitimada como meio de sustentar e fazer cumprir normas rígidas ou tradicionais, levando à normalização da violência no discurso público. A relação entre a ascensão de poderes autoritários e populistas e a violência perpetrada contra as mulheres na vida pública exige maior investigação.²² Na verdade, essa violência é parte da reação contra os direitos das mulheres por parte da extrema direita e funciona como um meio de silenciar as mulheres e restringir sua participação na vida pública de forma mais geral. A VCMP é frequentemente usada como uma tática para deslegitimar a afirmação dos direitos das mulheres e é importante enquadrá-la em um cenário político mais amplo.

A violência, como ameaça e experiência vivida, desencoraja as mulheres, especialmente as mulheres jovens, de participar da política. No contexto de redução do espaço da sociedade civil, os poucos espaços que eram mais abertos às mulheres, especialmente às mulheres jovens, estão diminuindo. A pandemia da COVID-19 exacerba esses desafios, proibindo e limitando os espaços de organização e encontros onde as mulheres jovens tiveram oportunidades de liderar, como marchas climáticas. A mídia social sugere que um cenário alternativo é possível, pois as mulheres costumam ser mais eficazes e têm maior impacto na

²¹ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/srvaw_vaw%20in%20politics_ep9_egmcsww65.pdf?la=en&vs=4209

²² Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/bioli_violence_ep9_egmcsww65.pdf?la=en&vs=3444

organização online do que os homens e de maneiras baratas e relativamente fáceis. Parece que grande parte da violência contra as mulheres e da desinformação de gênero²³ disseminada online sobre as mulheres é especificamente organizada para lidar com a vantagem estratégica potencial que as mulheres jovens têm para virar a maré politicamente. Como tal, é essencial não apenas reconhecer o VCMP como uma ferramenta deliberada para silenciar as mulheres e interromper sua plena participação na vida pública, mas também conceber uma resposta coordenada e exigir mais responsabilidade para lidar com a violência.

3.3.1 Recomendações de especialistas sobre a eliminação da violência contra as mulheres na vida política e pública

- Os Estados-Membros e agências internacionais, em consulta com mulheres e homens na vida pública e na sociedade civil, devem atualizar os tratados globais existentes sobre a eliminação da violência de gênero contra todas as mulheres para incluir referências específicas à violência contra as mulheres na política.
- Os Estados-Membros, governos e legislaturas em todos os níveis e o judiciário devem instituir ou fortalecer as estruturas legais com proteções relativas à VCMP, incluindo: reforma das leis existentes sobre a eliminação da violência contra as mulheres para incluir a dimensão da VCMP; introdução de novas leis que criminalizam o VCMP e a violência política; e/ou garantindo que as leis existentes sejam apoiadas por mecanismos executáveis e recursos orçamentários para serem efetivamente implementadas.
- Os Estados-Membros devem tomar medidas para acabar com a impunidade para todas as formas de violência baseada no gênero contra mulheres e discriminação na vida pública, garantindo a igualdade de acesso a e a segurança dos espaços para que as mulheres possam exercer seus direitos políticos e se envolver em atividades públicas, inclusive na campanha eleitoral e na mídia.
- Os Estados-Membros, agências internacionais e OSCs devem fazer melhor uso dos mecanismos internacionais de direitos humanos, procedimentos especiais e convenções e órgãos internacionais para facilitar os mecanismos e protocolos de comunicação e reparação para responder e prevenir atos de VCMP, incluindo em contextos de retrocesso democrático. Isso pode ser feito, por exemplo, por meio da ferramenta de relatório online do Relator Especial da ONU sobre violência contra mulheres, suas causas e consequências, relatórios para o Comitê CEDAW e o Grupo de Trabalho sobre a Questão de Discriminação contra Mulheres e pela ratificação e monitoramento a Convenção da OIT sobre Violência e Assédio (C190, Artigo 5) para abordar a violência baseada no gênero contra as mulheres em instituições.

²³ A desinformação de gênero é a disseminação de informações e imagens enganosas ou imprecisas contra as mulheres na política, seguindo histórias que frequentemente se baseiam na misoginia, bem como estereótipos de gênero em torno do papel das mulheres. Combinado com violência online, assédio e trollagem contra mulheres na política, esse tipo de desinformação é usado como uma ferramenta política para alterar a percepção pública das mulheres na política e suas conquistas, bem como desencorajar as mulheres a buscar carreiras políticas. Consulte “Por que a desinformação visando mulheres prejudica as instituições democráticas”, Power 3.0 Understanding Modern Authoritarian Influence, 1 de maio de 2020. Disponível em <https://www.power3point0.org/2020/05/01/why-disinformation-targeting-women-undermines-democratic-institutions/>

- Os Estados-Membros e as agências internacionais devem mobilizar recursos financeiros para abordar, compreender melhor e responder adequadamente às campanhas de desinformação de gênero e à questão global da VCMP, incluindo a violência online.
- Governos e agências internacionais devem combater a VCMP online e offline e desinformação de gênero, criando e implementando uma estratégia abrangente e com recursos adequados, coalizão de múltiplas partes interessadas, agenda de pesquisa deliberada e defesa coordenada, incluindo campanhas de conscientização sobre os diferentes tipos de VAWP e recursos para denunciar a violência e apoiar as mulheres afetadas.
- As plataformas de hospedagem de conteúdo do setor privado devem garantir mais transparência e responsabilidade para com quem as utiliza, permitindo moderação de conteúdo culturalmente competente e sensível a gênero, publicidade, reclamações e mecanismos de reparação, com o objetivo de se opor à normalização da violência e estreitar os limites entre discurso de ódio e outros crimes contra a mulher na política e na vida pública.
- Estados-Membros, governos e legislaturas em todos os níveis, bem como plataformas de hospedagem de conteúdo do setor privado, devem introduzir multas para plataformas de mídia social que não removam conteúdo abusivo, sexista e misógeno contra mulheres na vida política e pública - incluindo desinformação de gênero - e aprovar legislação que torne ilegal intimidá-las e assediá-las online.
- Todas as esferas do governo devem garantir uma cobertura justa e igualitária da mídia para mulheres e homens na política, inclusive exigindo que as instituições da mídia e jornalistas recebam treinamento em questões de gênero, fornecendo proteção para mulheres jornalistas que são alvos de violência política e coletando dados desagregados e incidentes de VCMP através da cobertura da mídia de mulheres e homens políticos e candidatos.
- Os partidos políticos e legislativos devem reconhecer a VCMP em seus documentos, censurar e responsabilizar seus membros por comportamento e linguagem sexista e de assédio, tanto online quanto offline. Devem proibir o uso e a disseminação de linguagem sexista, imagens humilhantes, trollagem e desinformação contra as mulheres na política originada de seus membros, adotando códigos de conduta relativos à VCMP e à desinformação de gênero.
- No contexto da COVID-19, os governos e as organizações da sociedade civil devem observar e abordar a violência contra as mulheres na esfera pública para garantir que possam exercer seu direito à participação. Os governos e as OSCs precisam enfrentar os desafios urgentes enfrentados pelas sociedades durante a pandemia, por meio de campanhas de conscientização e de 'convocação', regulamentos, redes de apoio e mecanismos de reparação para as vítimas.

3.4 Estereótipos de gênero, normas e participação das mulheres em espaços informais

Embora sejam tipicamente relativos a contextos específicos, os estereótipos e normas de gênero contribuem enormemente para a redução do papel das mulheres na vida pública. Normas generalizadas que impedem as mulheres da vida pública muitas vezes se relacionam com a divisão sexual do trabalho, o não reconhecimento de seu trabalho doméstico não remunerado e as percepções de que as mulheres

pertencem à esfera privada e não à esfera pública. Como tal, as normas são generalizadas, difíceis de contornar para muitas mulheres e totalmente proibitivas para algumas.

As normas também são baseadas na sobreposição de identidades. Por exemplo, as mulheres com deficiência estão sujeitas à discriminação com base na sua capacidade e sexismo. Essa discriminação é agravada por estruturas e práticas excludentes, como espaços inacessíveis ou suposições sobre suas identidades sexuais que as apagam das políticas reprodutivas. Em outro exemplo, a interseção de racismo e sexismo pode hipersexualizar mulheres racializadas e expô-las a tipos específicos de violência.

Os valores e normas que sustentam as atitudes em relação à liderança das mulheres geralmente progridem ao longo do tempo, com o liberalismo social acompanhando o crescimento econômico e sublinhado por mudanças demográficas e geracionais. Apesar de algumas melhorias, no entanto, em muitos países as normas de gênero permanecem relativamente inalteradas. Normas profundamente arraigadas são mantidas por tradições religiosas e legados históricos que são difíceis de quebrar. Em contextos em que a igualdade de gênero é mais normalizada, espera-se que a representação substantiva das mulheres tenha maior probabilidade de aumentar.²⁴

As normas são criadas e sustentadas por um conjunto complexo de hierarquias sociais e políticas e, embora possam ser resistentes a mudanças, podem ser influenciadas e alteradas por uma ampla gama de atores e ações. Por exemplo, as elites são frequentemente os árbitros das normas e sua influência nos espaços internacionais de definição de normas pode reforçar as desigualdades. Os espaços normativos são variados e evoluem. A internet é considerada por alguns como um novo espaço com normas distintas em que ativistas podem traçar estratégias e criar identidades e significados.²⁵ Outras abordagens para lidar com as normas prejudiciais incluem abordagens transformadoras de gênero lideradas por jovens que enfrentam essas normas sociais prejudiciais, encorajando-os a pensar criticamente sobre porque meninas e mulheres jovens não têm as mesmas oportunidades disponíveis para meninos e homens jovens. Essa abordagem ocorre dentro de uma estrutura que vincula a exclusão das mulheres explicitamente à desigualdade e às assimetrias de poder.²⁶

A liderança feminina e o ativismo feminista também podem mudar as normas em tempo real. Ações cotidianas e pequenos atos de resistência podem ter efeitos em cascata que influenciam as normas. A participação de mulheres em movimentos feministas pode, em alguns contextos, ser interpretada como um ato radical que, uma vez realizado, muda o que é aceitável para as mulheres. Por outro lado, essa mudança expande as possibilidades para o que é visto como uma mudança de política aceitável. As mulheres que participam informalmente também servem de inspiração e modelos para outras mulheres participarem de várias maneiras.²⁷

²⁴ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/hassim%20weldon%20unwomen_final.pdf?la=en&vs=2729

²⁵ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/aruri_advancing%20youth%20participation%20to%20achieve%20gender%20transformative%20change_ep7_egmcs65.pdf?la=en&vs=4154

²⁶ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/aruri_advancing%20youth%20participation%20to%20achieve%20gender%20transformative%20change_ep7_egmcs65.pdf?la=en&vs=4154

²⁷ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/hassim%20weldon%20unwomen_final.pdf?la=en&vs=2729

A participação informal das mulheres na vida pública está influenciando cada vez mais o discurso público, as políticas e a compreensão do que é a participação plena, efetiva e significativa. Exemplos podem ser encontrados globalmente no movimento #MeToo que foi iniciado online pela ativista Tarana Burke e resultou em contas públicas e penais para os perpetradores, bem como em reformas políticas tangíveis. Da mesma forma, o movimento #Niunamenos (nem uma mulher a menos), iniciado na Argentina, teve impacto regional e global. Esses e outros movimentos, muitos deles originários das próprias mulheres jovens, demonstram como os movimentos sociais e a participação informal na vida pública podem impactar os processos formais de tomada de decisão. Em última análise, a participação informal também incentiva as mulheres a participarem formalmente, pois oferece oportunidades para que desenvolvam experiência política e construam personalidades públicas.

3.4.1 Recomendações de especialistas sobre estereótipos de gênero, normas e participação das mulheres em espaços informais

- Os Estados-Membros devem continuar a promover, proteger, construir e implementar estruturas políticas em torno do princípio fundamental de que todos os direitos humanos - nomeadamente os direitos políticos e civis e o direito de viver uma vida livre de discriminação e violência - são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- Os governos, a ONU e as agências internacionais devem combater o uso e o mau uso de narrativas em torno da “ideologia de gênero” - usadas por lobbies específicos para desinformar sociedades e minar o avanço dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero - reafirmando a validade da terminologia sobre questões de gênero. Nesse sentido, as tentativas do governo de censurar e banir os estudos e pesquisas de gênero exigem atenção especial.
- Agências internacionais, doadores e governos devem continuar a financiar organizações de direitos das mulheres e feministas para que possam continuar seu trabalho e ter mais influência na tomada de decisões; em particular, os fundos devem manter o apoio às organizações em tempos de crise, quando é mais necessário.
- Todas as esferas de governo devem promover a participação efetiva dos jovens, especialmente das mulheres jovens, nas plataformas nacionais e internacionais, adotando uma abordagem mais transformadora de gênero na formulação de políticas e nos processos de tomada de decisão.
- Os Estados-Membros e o governo em todos os níveis devem apoiar a conscientização sobre discriminação, racismo e sexismo e desestigmatizar a participação das mulheres e a tomada de decisões na vida pública, em diálogo com grupos da sociedade civil que trabalham para sensibilizar o público sobre essas questões.
- Os Estados-Membros e o governo em todos os níveis devem lidar com as normas sociais negativas que impedem os direitos das mulheres e sua participação na vida pública, visando influenciar homens e meninos e líderes comunitários e religiosos como guardiões do envolvimento das mulheres na comunidade.

- Os Estados-Membros devem permitir que todas as mulheres e homens vivam juntos em harmonia e usufruam dos benefícios da boa governança, promulgando reformas constitucionais que reconheçam a diversidade de gênero, religiosa, linguística e cultural.
- Os Estados-Membros devem identificar e revogar as disposições discriminatórias, diretas ou indiretas, e adotar legislação que expressamente e de forma abrangente proíba diferentes tipos de discriminação, realizando uma revisão abrangente da legislação nacional.
- Governos e instituições acadêmicas devem desenvolver e nutrir gerações que adotem os conceitos de igualdade de gênero na sociedade e a participação de todos na tomada de decisões, realizando revisões periódicas e contínuas dos currículos escolares para consolidar os conceitos de direitos humanos e direitos das mulheres e para ensinar crianças a importância da igualdade e respeito pela diversidade.
- As empresas de tecnologia devem garantir que não reforcem os estereótipos de gênero por meio de parcerias com organizações de direitos das mulheres para revisar preconceitos implícitos no design de produtos, especialmente tecnologias de inteligência artificial feminizadas, como assistentes digitais Alexa, Cortana e Siri (em suas configurações padrão), e adotar procedimentos de aquisição e contratação com perspectiva de gênero.

3.5 Interseccionalidade e participação das mulheres em toda a sua diversidade na vida pública e na tomada de decisões

A representação das mulheres na vida pública é mais significativa quando reflete as mulheres em toda a sua diversidade e aborda os padrões transversais de desigualdade em diferentes grupos de mulheres. As mulheres são diversas em suas localizações sociais, valores, status econômicos, ideologias políticas e em suas experiências vividas. Os formuladores de políticas, ativistas e legisladores que desejam progredir em mudanças substantivas para beneficiar todas as mulheres também são desafiados a reconhecer que os cegos às especificidades das necessidades e as desigualdades entre grupos diferenciados de mulheres podem causar mais danos do que benefícios.

O conceito de interseccionalidade ocupa cada vez mais espaço no discurso público sobre os direitos das mulheres, bem como em sua origem acadêmica tradicional com especialistas em gênero. É amplamente reconhecido como uma ferramenta crítica para compreender a diversidade das necessidades das mulheres e como o gênero se conecta a outras desigualdades, opressões e hierarquias. As implicações práticas da interseccionalidade, no entanto, são complexas e as partes interessadas requerem ferramentas práticas para a aplicação da interseccionalidade no uso de dados, na geração de evidências e na formulação e monitoramento de políticas.

A interseccionalidade como um princípio transformador é frequentemente implantada em resposta a desequilíbrios de poder observados e privilégios não declarados entre grupos de mulheres. Conforme observado em outra parte deste relatório e espelhando os padrões dos líderes homens, as mulheres que conseguem acessar espaços de poder, como aqueles encontradas em processos políticos formais, vêm predominantemente de elites políticas e econômicas. Os privilégios conferidos às mulheres da elite muitas vezes permitem-lhes contornar algumas das barreiras à participação das mulheres que são proibitivas para muitas mulheres, como poder pagar os cuidados com os filhos. As perguntas sobre a

adequação das mulheres líderes são mais pronunciadas quanto mais elas se distanciam das apresentações de liderança da elite - especialmente quando essas mulheres são racializadas. É importante notar que, embora menos pronunciada entre os homens, a diversidade entre os representantes masculinos também é baixa, uma vez que eles também são selecionados principalmente em grupos étnicos e de classe dominantes e privilegiados.

É fundamental apoiar a gama completa de perspectivas das mulheres, da mesma forma que os homens estão na exposição. Reconhecer sua diversidade de valores e interesses também significa desafiar suposições sobre a progressividade relativa das mulheres. As agendas populistas que promovem tendências anti-imigração e racismo podem mobilizar algumas mulheres contra as necessidades de outras mulheres e, portanto, ameaçar seus direitos humanos. Embora muitos movimentos liderados por mulheres adotem abordagens feministas para se organizar e mobilizar por causas feministas, as mulheres com tendências conservadoras também aumentaram sua influência formando movimentos da sociedade civil e se alinhando com agendas populistas e antifeministas. Há exemplos notáveis de mulheres líderes na Europa que enfrentaram penalidades políticas por manifestações externas de apoio a alguns aspectos da igualdade de gênero, mas que então defenderam políticas que restringem os direitos das mulheres migrantes. É vital promover oportunidades de discurso, colaboração e irmandade entre grupos de mulheres e além das linhas partidárias para defender os direitos humanos para todos.

O elitismo e as práticas excludentes concomitantes dos processos políticos formais têm levado as mulheres, especialmente as marginalizadas, a participar de espaços informais. Em particular, as jovens estão encontrando novas maneiras de participar e fazer sua voz ser ouvida por meio de movimentos sociais online e offline. Os níveis de participação informativa variam de região para região e isso pode ser parcialmente explicado pela redução do espaço da sociedade civil e pela incapacidade das mulheres de se mover, reunir e se expressar livremente. As reações adversas e menos oportunidades para redes transnacionais e construção de energia também tiveram um impacto negativo.²⁸

Os movimentos sociais têm menos barreiras à participação do que os processos políticos formais, mas têm seus próprios desequilíbrios de poder. Os processos de liderança e tomada de decisão nos movimentos podem refletir e reforçar as desigualdades entre as mulheres, especialmente em contextos em que a sociedade civil é reservada às elites. Nesses contextos, os legados coloniais excludentes costumam se revelar na linguagem, nos protocolos e nos modos de engajamento. Portanto, é importante que as mulheres líderes abordem ativamente as questões de poder e privilégio dentro de suas próprias esferas de influência.

3.5.1 recomendações de especialistas para intersectorialidade e da participação das mulheres em toda a sua diversidade na vida pública tomada de decisões

- A ONU e as OSCs devem apoiar o desenvolvimento e implementação de ferramentas práticas para a aplicação da interseccionalidade que instituições públicas, partidos políticos e mídia podem usar para fortalecer suas abordagens à sensibilidade e responsividade de gênero em todos os níveis.

²⁸ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/hassim%20weldon%20unwomen_final.pdf?la=en&vs=2729

- Mulheres na vida pública que têm influência devem evitar replicar e reforçar hierarquias sociais e desequilíbrios entre as mulheres, defendendo o desenvolvimento, implementação e ações corretivas de análises de poder em suas instituições, partidos políticos, organizações e movimentos.
- Todas as partes interessadas devem garantir a inclusão de grupos que historicamente enfrentaram discriminação com base na localização e no status social, abordando os desafios específicos que contribuíram para a sua exclusão, que podem incluir, mas não estão limitados a:
 - Os partidos políticos devem fornecer suporte para mulheres LGBTQI + que podem enfrentar penalidades políticas por se assumirem;
 - Os Estados-Membros devem garantir a visibilidade e a participação efetiva das mulheres indígenas, abordando sua exclusão sistemática da participação na vida pública;
 - Os Estados-Membros, os governos a todos os níveis e os partidos políticos devem tomar medidas para abordar os níveis desproporcionados de violência e discriminação enfrentados por líderes de minorias étnicas, afrodescendentes, dalits e mulheres de casta inferior em muitos países;
 - Os Estados-Membros, partidos políticos e OSC, especialmente organizações de direitos das mulheres, devem garantir que os espaços de participação sejam totalmente acessíveis para mulheres com baixos níveis de educação formal e situação de trabalho precária;
 - Os Estados-Membros, partidos políticos e OSC, especialmente as organizações de direitos das mulheres, devem garantir que os espaços de participação sejam totalmente acessíveis para mulheres com deficiência;
 - Os Estados-Membros, partidos políticos e OSCs devem apoiar o desenvolvimento de uma linha de futuras mulheres líderes, capacitando jovens aspirantes a políticas e aquelas que demonstram liderança em espaços de organização informal, e oferecendo oportunidades de orientação, treinamento e *networking*.
- As agências internacionais devem garantir que os jovens tenham apoio para participar de forma significativa em espaços de tomada de decisão de alto nível, oferecendo treinamento e oportunidades para que as mulheres jovens se envolvam, bem como garantindo que suas contribuições possam ser acompanhadas.
- As agências internacionais devem fortalecer a organização e solidariedade feministas transnacionais e multigeracionais, fornecendo plataformas regionais e internacionais e criando canais para diálogos feministas intergeracionais.
- Todas as esferas de governo devem se comprometer com a paridade de gênero nos parlamentos e conselhos de jovens em nível nacional e local, incluindo o uso de cotas quando relevante e garantindo que todos os membros recebam treinamento em igualdade de gênero.

- Os governos em nível nacional e local devem encorajar e sustentar a representação de mulheres jovens na administração pública, instituindo programas de desenvolvimento de capacidades para mulheres empregadas e voluntárias.
- Agências internacionais e OSCs devem apoiar o dinamismo de movimentos feministas e mulheres ativistas que lutam para sustentar seu trabalho por meio de mecanismos tradicionais de financiamento de ONGs, criando e apoiando fundos flexíveis existentes.

3.6 A tomada de decisão transformadora das mulheres para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas

O impacto das mulheres na tomada de decisões para resultados de igualdade de gênero, especificamente nos poderes legislativo e executivo, é uma área emergente de interesse. Até que ponto as instituições que não são sensíveis a gênero nem responsivas a gênero podem impedir a capacidade das mulheres de contribuir e moldar a tomada de decisões continua sendo uma área de preocupação. Conforme observado acima, nem todas as mulheres líderes priorizam a igualdade de gênero; no entanto, a pesquisa sugere uma correlação entre o aumento do número de mulheres em cargos e a probabilidade de políticas públicas sensíveis a gênero e práticas dentro das instituições.²⁹

As áreas em que o envolvimento das mulheres e uma maior representação nos órgãos de tomada de decisão têm demonstrado um impacto significativo incluem medidas que promovem o equilíbrio de gênero - como cotas; a eliminação da violência de gênero; direitos reprodutivos das mulheres; políticas de trabalho e família, como licença parental e creche; e previdência social, incluindo pensões. Essas mudanças têm sido buscadas não apenas por mulheres no Poder Legislativo, mas também por meio da representação feminina em gabinetes e órgãos administrativos, em todos os níveis de decisão e de governo.

A participação das mulheres também tem um impacto simbólico, pois pode melhorar a percepção da democracia, influenciar os conceitos tradicionais dos papéis de gênero e, por meio de um 'efeito de modelo', encorajar mais mulheres a participarem da política ou a procurarem cargos públicos. O papel inestimável das redes de mulheres - tanto entre mulheres políticas quanto aquelas que vinculam mulheres eleitas a OSC feministas - foi destacado como crítico por incluir vozes de grupos vulneráveis e marginalizados na tomada de decisão e para avançar agendas de políticas feministas transformadoras e de igualdade de gênero.

A responsabilidade pela igualdade de gênero não deve recair apenas sobre as mulheres que tomam decisões, mas sim ser assumida como uma responsabilidade compartilhada entre os líderes femininos e masculinos, bem como as instituições em que atuam. Os homens no poder precisam disponibilizar espaço para as mulheres assumirem funções de liderança para que o equilíbrio seja alcançado. Os partidos políticos têm grande responsabilidade na redução de obstáculos e no apoio às lideranças femininas. Na verdade, as culturas e os ambientes institucionais foram apontados como os principais obstáculos à capacidade das mulheres de moldar a tomada de decisões para a igualdade de gênero. Em particular, os incidentes de sexismo, assédio e violência de gênero assumem muitas formas, mas podem afetar todas as mulheres em cargos de tomada de decisão. Esses incidentes também criam barreiras para que mulheres - e homens - efetuem mudanças. Nesse

²⁹ Veja https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/65/egm/piscopo_women%20impact_ep13_egmcsw65.pdf?la=en&vs=542

sentido, as reformas estruturais devem ser direcionadas para garantir ambientes seguros de tomada de decisão, ou seja, espaços e instituições sensíveis a gênero e responsivas a gênero, com sanções e tolerância zero para a discriminação de gênero e a violência contra as mulheres.

O poder particularmente transformador de parlamentos sensíveis a gênero, especificamente,³⁰ e de instituições públicas em geral, foi destacado por especialistas como uma estrutura que se baseia na premissa de igualdade de gênero, oportunidades iguais e direitos de participação em todas as estruturas. Essa estrutura ajudaria a obter resultados com perspectiva de gênero e que abordassem a violência de gênero contra mulheres eleitas, presidentes, prefeitas e parlamentares, funcionários parlamentares e outros funcionários públicos em todas as esferas do governo.

3 .6.1 Recomendações de especialistas sobre a tomada de decisão transformadora das mulheres para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas

- As legislaturas (incluindo parlamentos e órgãos deliberativos locais) devem se esforçar para atingir a sensibilidade e responsividade a gênero, incluindo a incorporação de ferramentas estabelecidas³¹ para avaliar realizações e lacunas, identificar e remediar padrões de exclusão e apoiar a eliminação da discriminação e violência contra as mulheres em todos os níveis. As melhores práticas na concepção de parlamentos com perspectiva de gênero, bem documentadas por agências internacionais e instituições acadêmicas e de pesquisa, fornecem exemplos e ferramentas úteis.
- Os Estados-Membros, governos locais e regionais e partidos políticos, com o apoio de agências internacionais conforme necessário, devem construir instituições sensíveis a gênero e responsivas a gênero, usando auditorias interseccionais de gênero da representação e liderança das mulheres em todos os níveis de governo e disponibilizando os dados amplamente e comunicando-os às OSCs, movimentos, jornalistas e ao público.
- Os governos e legislaturas, com o apoio de agências internacionais, devem apoiar as mulheres dentro das instituições, auxiliando na criação e funcionamento de redes formais e órgãos para mulheres ocupantes de cargos, como frentes ou bancadas de mulheres, alas femininas entre partidos ou comitês permanentes sobre mulheres e igualdade de gênero.
- Os legislativos, por meio de frentes, bancadas e redes de mulheres e OSCs devem fortalecer a definição e a implementação de políticas feministas, facilitando os vínculos e as relações entre detentores de cargos e mulheres em grupos e movimentos progressistas da sociedade civil, bem como com representantes masculinos de apoio e outros aliados. Isso deve ser feito ao mesmo tempo que estabelece expectativas sensíveis e realistas sobre até que ponto as mulheres ocupantes de cargos públicos podem impulsionar as agendas feministas dentro das instituições.

³⁰ Veja <https://www.ipu.org/resources/publications/reference/2016-07/plan-action-gender-sensitive-parliaments>

³¹ Consulte <https://www.ipu.org/resources/publications/toolkits/2016-11/evaluating-gender-sensitivity-parliaments-self-assessment-toolkit>

- Os parlamentos devem convocar as organizações de direitos das mulheres a participarem de processos formais de fiscalização e elaboração de leis, incluindo audiências e investigações sobre uma variedade de questões políticas.
- Os governos e legislaturas devem criar fóruns que elevem as vozes das mulheres e os interesses das políticas por meio, por exemplo, de eventos públicos e audiências especiais com organizações femininas e escritórios femininos, frentes, bancadas e/ou comitês de igualdade de gênero, reconhecendo os desafios interseccionais e a diversidade entre as mulheres.
- Os governos, partidos políticos e OSCs devem desenvolver, implementar e manter bancos de dados de medidas de apoio à igualdade de gênero e ao engajamento mais amplo das mulheres na vida pública. Eles podem fazer isso fornecendo treinamento com perspectiva de gênero e capacitação para aqueles que têm o poder de ser aliados das mulheres - em particular os homens - e influenciar instituições e tomadas de decisão, especialmente alocando homens dentro dessas instituições.
- Instituições acadêmicas e de pesquisa e OSCs - incluindo organizações religiosas e culturais onde for relevante - devem incluir mais mulheres em seus órgãos de tomada de decisão e assessoria, adotando regulamentos internos e usando MSTs e programas para recrutar e apoiar a participação das mulheres.
- As partes interessadas na construção da paz devem garantir que envolvam ativamente as mulheres na tomada de decisões como parte da transformação política em tempos de paz de conflito para construção de instituições e como parte dos esforços para manter a paz.
- Os Estados-Membros e as agências internacionais devem coordenar e cooperar em sua avaliação e coleta de dados de impactos, respostas e intervenções - relacionadas a crises como a pandemia da COVID-19 - sobre a participação e liderança das mulheres. Por exemplo, eles podem examinar como trabalhar de casa tem impactos diferentes sobre as mulheres parlamentares do que sobre os homens.